



Conferência

A Informação do Sector Público: Acesso, reutilização e comercialização

24 de Novembro de 2004

Pontos em destaque:

- Falta na AP uma liderança que perceba o valor da informação como um bem essencial da organização
- Há que repensar a gestão da informação pública
- A Directiva que deverá ser transposta até 1 de Julho de 2005 poderá amenizar algumas das problemáticas que a Informação do sector Público encara neste momento
- O sector público permanece pouco sensibilizado para a disponibilização da informação que produz a terceiros
- A morosidade, o atraso e a falta de sistematização continuam a caracterizar a informação pública
- Os direitos de autor são mais uma questão difícil de gerir em toda a problemática da ISP

Gestão da informação do sector público tem de ser repensada

Continuam a existir muitas barreiras à reutilização da informação do sector público em Portugal, e num sentido mais lato, no espaço da União Europeia. Algumas delas poderão ser amenizadas com a adopção de uma directiva comunitária que trata a matéria e que deverá ser transposta até Julho de 2005, mas entretanto acrescentam-se desde já novos desafios com a questão dos direitos de autor na ordem do dia, geradores de uma dinâmica contraditória na sociedade em oposição ao desejado e publicitado livre acesso à informação.

Estes foram alguns dos aspectos focados na conferência "A informação do Sector Público: Acesso, reutilização e comercialização" promovida a 24 de Novembro último pela APDSi em parceria com o INETI (Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação), onde marcaram presença representantes dos vários sectores intervenientes, entre reguladores, empresas privadas e altos funcionários da Administração Pública, visando a reflexão e a promoção de um verdadeiro mercado de ISP (Informação do sector Público) em Portugal.

A introdução ao tema esteve a cargo de Eileen Milner, actualmente directora da RSM Robson Rhodes, mas com vasta experiência no sector da Administração Pública no Reino Unido, que levantou questões como a falta de liderança, o "cost of not knowing" - traduzido na sigla CONK - ou a dificuldade que os funcionários ou pessoas mais velhas ligadas à administração pública têm de separar o conceito de informação do da tecnologia, a que tradicionalmente se mostram adversos.

"Em primeiro lugar falta-nos liderança, faltam-nos líderes que percebam o valor da informação como um bem essencial da organização", referiu. A *keynote speaker* considera que a gestão da informação não é muito bem compreendida pela AP, principalmente ao nível sénior. "As pessoas ligam tendencialmente a informação à tecnologia, não conseguem ver o controlo da informação além da tecnologia, como algo mais rico do que a tecnologia", afirmou.

Eileen alinou alguns exemplos de boas práticas como é o caso australiano com o programa Centrelink, criado em 1997 para juntar o trabalho de um conjunto de departamentos estatais diferentes e que agora serve a população daquele país. Do lado dos bons exemplos foi igualmente apontado o Canadá, que segue uma política de utilização de informação nos serviços públicos onde se promove o conhecimento em associação à informação e onde se tenta envolver os cidadãos. Já do lado dos maus exemplos, a oradora não conseguiu evitar pronunciar-se acerca de um projecto-piloto inglês ligado à área da saúde, que se revelou num "autêntico desastre financeiro" e que entretanto acabou por ser encerrado, como aconteceu com outros projectos que decorriam da utilização da ISP.

"Tem de haver mudança na maneira como os governos pensam a gestão da informação pública", aconselhou, afirmando que a Europa precisa de um paralelo daquilo que se passa na Austrália e no Canadá.

Directiva introduz novo quadro europeu para a reutilização da ISP

A directiva sobre Reutilização da Informação do Sector Público, que deverá ser transposta para os ordenamentos jurídicos de cada um dos Estados-membros até 1 de Julho de 2005, irá atenuar alguns dos problemas que se colocam actualmente a esta matéria, defendeu Luís Ferrão, da Comissão Europeia, durante a sua intervenção na conferência promovida pela APDSI.

O representante do executivo europeu explicou que a directiva é essencialmente um documento de "harmonização mínima", ou seja, permite criar um limiar que todos os Estados-membros têm que respeitar de modo a facilitar a utilização transfronteiriça da ISP. Entre os aspectos contemplados neste documento contam-se a harmonização de procedimentos e a imposição de regras de transparência. O objectivo último da mesma será a mudança de cultura no sector público, afirmou Luís Ferrão. Por isso, "uma rápida e sólida transposição tende a facilitar a emergência do novo quadro europeu", considera.

Um aspecto que será com certeza observado, segundo Ana Marques, representante da UMIC (Unidade de Missão Inovação e Conhecimento), que fez um balanço do processo de implementação da directiva em Portugal, documento que encara como um elemento de alerta do mercado para a existência e importância da informação do sector público.

Ana Marques salientou que a directiva em Portugal vai passar essencialmente pela conjugação e alteração de alguns pontos da existente LADA - Lei do Acesso aos Documentos da Administração - e que o processo de transposição, agora acompanhado pelo GPLP (Gabinete de Política Legislativa e Planeamento) do Ministério da Justiça, está no "bom caminho", existindo já um ante-projecto de transposição da directiva.

À espera da reabertura da Caixa de Pandora da ISP

A Caixa de Pandora serviu de enredo à exposição de Luís Vidigal, subdirector geral do Instituto de Informática, que apelou, já em considerações finais, à libertação da esperança desse artefacto lendário, no que diz respeito à ISP.

Falando do conceito de "preço da informação", Luís Vidigal considera que um dos aspectos mais importantes que a directiva introduz é o de tentar evitar que o sector público concorra de forma desleal com o sector privado. "O que o sector público espera do sector privado é criatividade, inovação, iniciativa, competitividade, risco. Do sector público espera-se clareza, harmonização, segurança, confiança e simplicidade. O problema é quando temos o sector público a fazer de sector privado". Igualmente grave é quando temos o sector privado a fazer de sector público, "o que infelizmente já se começa a ver", indicou.

Para este responsável do Instituto de Informática, a prioridade neste momento é estabelecer uma arquitectura em termos de informação e não de tecnologia. "Necessitamos de pôr as pessoas a cooperar. Não estamos a falar de tecnologia, estamos a falar de várias entidades que têm que comunicar entre si sobre uma matéria comum, uma matéria que tem de ser vista globalmente e independentemente dos sectores ministeriais", sugeriu.

No geral o sector público não se encontra sensibilizado para o fornecimento de informação a terceiros, acusou Teresa Cardoso de Menezes, directora geral da Informa D&B Portugal. "Em relação à necessidade que uma empresa como a nossa tem da informação pública, nada mudou nos últimos 10 anos", garantiu na sua intervenção. "Continuamos a ter que nos deslocar às fontes para recolher a informação porque a que está disponível *online* é diferente daquela que podemos conseguir presencialmente".

A morosidade, o atraso e a falta de sistematização da informação pública não permitem o conhecimento, a flexibilidade e a rapidez necessária para o desenvolvimento de uma empresa num mercado global cada vez mais competitivo defende a responsável da Informa D&B que fala por isso de "um problema de determinação de objectivos, de liderança e de vontade de fazer as coisas".

Xavier Denecker, director geral da Coface-Mope, voltou a referir a pouca disponibilidade da informação por parte do sector público como uma das barreiras ao tipo de actividade que empresas como aquela que representa desenvolvem, mencionando também a importância da colocação dos dados na Internet.

O responsável defende que é necessário alterar a mentalidade existente no mercado, investir na tecnologia e definir com precisão os papéis dos organismos públicos e do sector privado.

Por parte da associação cívica Civitas, representada nesta última conferência da APDSI por Teresa S. Gomes, ficou o apelo de criação de orientações para a reutilização da informação pública, cuja falta conduz à gestão inconsistente dos pedidos, "com os organismos a encararem requisições idênticas de forma diferente".

O papel das organizações cívicas (OC), diz Teresa Gomes, é o de exercer capacidade de influência, mas para poderem actuar de forma responsável e como verdadeiros "parceiros" do estado, "as organizações cívicas necessitam de ter acesso a documentos vários", explicou, salientando que é preciso acautelar a intervenção das OC para que se produza informação com mais valia.

O contraditório entre o livre acesso à informação pública e os direitos de autor

A Agostinho de Castro Martins, presidente da CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos), coube o desdobrar da lei que rege actualmente o acesso à informação produzida pela Administração Pública, a chamada LADA - Lei do Acesso aos Documentos da Administração - já mencionada em intervenções anteriores.

Além da explicação de alguns dos artigos da LADA, o juiz conselheiro deixou ainda o reparo de não acreditar que a transposição da nova directiva traga algo de profundamente novo. O facto de prever emolumentos é um dos pontos positivos da mesma. "Deve ser feito algo para que a AP se sinta compensada pelo seu trabalho de modo a que seja incentivada a 'abrir a informação'", acredita o presidente da CADA.

Os direitos de autor são um dos aspectos incontornáveis quando se observa a problemática da ISP, talvez de maior importância do que aquela que à partida se poderá presumir, segundo o alerta deixado por Nuno Gonçalves, director do Gabinete de Autor, durante a recta final da conferência.

O responsável falou da dinâmica contraditória que existe na sociedade entre, por um lado, o desejo cada vez maior de proteger a propriedade intelectual pelos direitos de autor e conexos e, por outro, a tendência para proporcionar o livre acesso à informação a todos os utilizadores, cidadãos e pessoas colectivas.

Atendendo ao facto de estarmos a meio caminho da passagem de um ambiente analógico para o digital e visto que a protecção de direitos de autor já versa a produção de conteúdos por computadores, Nuno Gonçalves deixou no ar a pergunta "será que vamos ganhar ou perder liberdades em matéria de acesso à informação?".

Só através das excepções criadas se poderá conseguir alguma fuga ao cada vez mais zeloso direito de autor, salientou o director do Gabinete do Direito de Autor. "Sempre que alargamos o âmbito do direito de autor estamos a criar mais barreiras ao livre acesso à informação", avisou.

Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de

trabalho multidisciplinares sobre os vários temas que da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente o *eGovernment*, *eProcurement*, Justiça e Saúde Electrónicas e ainda *Open Source*. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. Destacam-se também as mais recentes Conferências, nomeadamente sobre a Ética e a Liberdade de Expressão na Internet.

Para mais informações contacte:

APDSI

ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Madan Parque – PCTAS, Edifício VI
Campus da Caparica, Monte de Caparica
2829-516 Caparica - Portugal

Tel.: +351 212 949 606

Fax: +351 212 949 607

E-mail: secretariado@apdsi.pt

URL: <http://www.apdsi.pt>